

PARECER Nº: 2/2026 - Comissão de JUSTIÇA

PROCESSO Nº: 7424/2025

INTERESSADO: Ver. Bispo Célio Lopes

ASSUNTO: Projeto de Lei CM 289/2025

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei CM 289/2025, que estabelece medidas emergenciais de fiscalização de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes, distribuidoras, casas noturnas e similares para realizar testes laboratoriais com o objetivo de identificar possíveis contaminações e adulterações por etanol industrial ou metanol, protegendo a saúde pública e prevenindo intoxicações graves ou fatais no município de Santo André e dá outras providências.

Considerando a existência de impedimentos de ordem legal e constitucional, por ofensa ao artigo 42 (incisos I, III, IV e VI) da Lei Orgânica do Município de Santo André e ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º) consagrado na Constituição Federal, concluímos pela ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei CM 289/2025.

Sala das Comissões, em 03 de fevereiro de 2026, 473º ano de fundação da cidade.

Relator:

DR. FÁBIO LOPES
(Presidente Interino)¹
Vereador

¹ Aplicou-se ao caso a regra de interinidade prevista no **parágrafo único do art. 37 do Regimento Interno**.



Aprovado o Parecer nº 2/2026 pela Comissão de JUSTIÇA na mesma data, que conclui pela **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei CM 289/2025.

Presidente e membros:

DR. FÁBIO LOPES
Vereador

TONINHO CAIÇARA
Vereador

NINO BRANDÃO
Vereador

